

2018

RELATÓRIO E CONTAS

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
Breve Historial	6
Estrutura Acionista	7
Órgãos Sociais	7
OBJETO DA SOCIEDADE.....	8
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO.....	9
Missão	9
Visão	9
Valores	9
Objetivos Estratégicos	9
SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2018.....	11
ENVOLVENTE EXTERIOR.....	11
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	11
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2018	13
ENQUADRAMENTO LOCAL	17
Recursos Humanos	19
Regras Societárias	20
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018.....	21
Factos Relevantes.....	21
DESEMPENHO DO SISTEMA	22
Organização, Processos e Sistemas	29
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	30
Análise de Gastos e Rendimentos	30
Análise do Balanço.....	32
Indicadores	33
PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
OUTRAS INFORMAÇÕES	36
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 E RESPETIVO ANEXO.....	38

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2016	2017	2018
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	608 709	1 460 363	1 821 643
Ativo Líquido Total	Eur	7 547 698	8 338 647	10 271 537
Volume de Negócios	Eur	3 060 284	3 655 236	3 474 122
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	718 280	1 308 194	906 686
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	593 238	1 098 414	507 241
Resultados Antes de Impostos	Eur	385 981	928 734	445 218
Resultado Líquido do Exercício	Eur	354 418	851 654	361 280
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	58,22%	58,32%	19,83%
Rentabilidade do Ativo	%	4,70%	10,21%	3,52%
Autonomia Financeira	%	8,06%	17,51%	17,73%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	10	10	10

Indicadores de Atividade

		2016	2017	2018
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	nº	21 814	21 814	21 614

Abastecimento

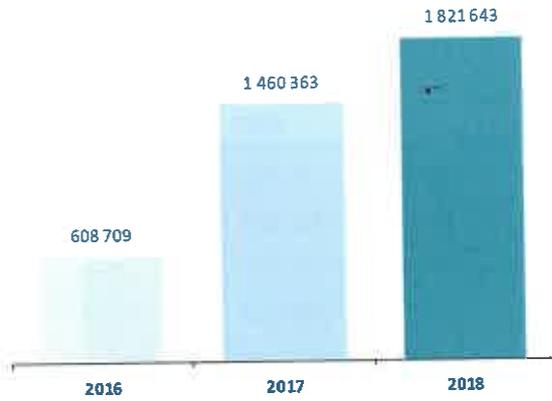
		2016	2017	2018
Nº de Clientes	nº	9 922	9 995	10 040
População Servida	nº	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida	(10 ³ m3)	1 157	1 195	1 139

Saneamento

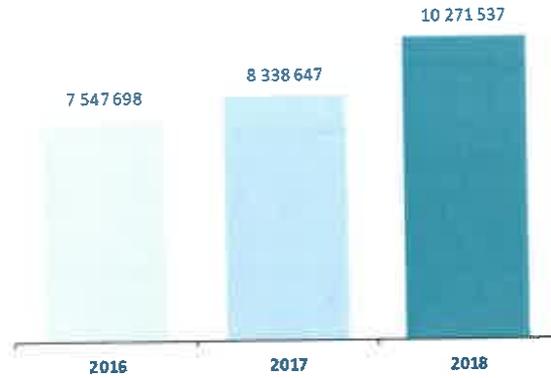
		2016	2017	2018
Nº de Clientes	nº	9 464	9 550	9 503
População Servida	nº	18 519	18 519	18 519
Efluente Facturado	(10 ³ m3)	785	896	862

GA
D P

Capital Próprio (€)



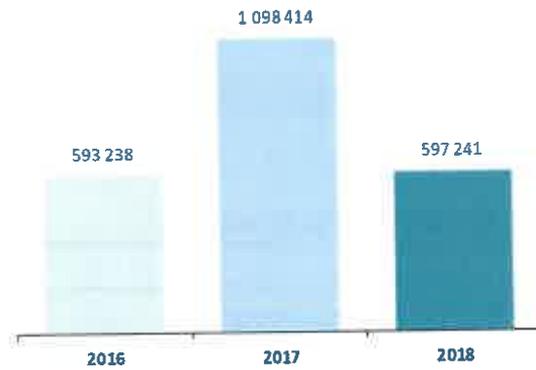
Ativo Líquido Total (€)



Volume de Negócios (€)



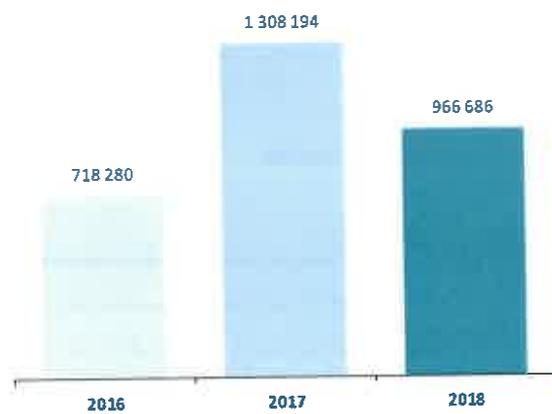
EBIT (Resultado Operacional) (€)



Resultado Líquido do Exercício (€)



EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



Handwritten signature and initials

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas da Azambuja registou em 2018 mais uma vez um ligeiro aumento de clientes, o que demonstra um fator positivo para a região, relacionado com a capacidade que o Município tem tido em fixar novos habitantes no Concelho.

Em 2018 foram desenvolvidas várias ações de comunicação, principalmente junto dos mais jovens que visaram uma maior aproximação da empresa às comunidades locais, maior envolvimento da população com as questões ambientais e alertar para a necessidade premente de preservar os recursos hídricos.

A qualidade de serviço, decorrente da avaliação por parte da Entidade Reguladora, continua a alcançar níveis de excelência, demonstrando uma permanente dedicação à qualidade de vida das populações servidas, dedicação esta que é transversal a toda a organização.

Ao nível do Plano de Investimentos em 2018 destaca-se o início das obras de reforço de abastecimento no eixo Alcoentre-Aveiras de Cima-Aveiras de Baixo. Estamos convictos que estes elevados investimentos servirão para melhorar ainda mais a qualidade de serviço prestado na região e obviar constrangimentos causados à população no passado por sucessivas roturas no sistema de abastecimento, com elevados custos operacionais para a empresa.

Durante o ano de 2018 continuámos a apostar em cada vez mais estarmos junto dos nossos clientes e ir ao encontro das suas necessidades, alargando os canais de cobrança disponíveis e as formas de contacto com a empresa. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) entrou em vigor e a empresa empenhada no respeito pela privacidade e confidencialidade dos dados dos seus clientes adaptou os seus procedimentos a esta exigência legal e disponibilizou a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados nos seus balcões de atendimento e na sua página da internet.

A Águas da Azambuja tem grande orgulho em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, numa parceria cada vez mais estreita com o Município de Azambuja e as inúmeras entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa dos sistemas municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas.

As obras estruturantes em falta, duas dos doze projetos de abastecimento de água e um dos dezoito projetos de drenagem de águas residuais, irão promover a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras), assim como a ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas. Ambos os projetos se desenvolvem ao longo de estradas nacionais, tendo sido por isso condicionados ao licenciamento da IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. Os investimentos realizados em 2018, estão detalhados nos Pontos “Principais acontecimentos em 2018” e “Plano de Investimentos/ Novas Infraestruturas”.

De referir ainda que os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos, em particular na vertente de saneamento, por atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta no Município de Azambuja em Alcoentre e Vila Nova de São Pedro.



ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Pragosa Ambiente, S. A	25,00%
Luságua – Serviços Ambientais, S. A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S. A	0,01%

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro



OBJETO DA SOCIEDADE

OBJETO

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

7
Gy
4

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

7
D 67

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



X

A G

SINTESE DE ATIVIDADE EM 2018

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, no ano de 2018 o ritmo de crescimento manteve-se mais moderado, mas mais diferenciado entre países. No grupo das economias avançadas o crescimento homólogo do PIB real diminuiu, mas manteve uma taxa de crescimento elevada nas economias de mercado emergentes.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com aumento de 0.006p.p e a seis meses com redução de 0.007p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2016	2017	2018
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,32%	-0,33%	-0,32%
Euribor 6M	-0,22%	-0,26%	-0,27%
Euribor 12M	-0,08%	-0,15%	-0,18%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Com tendência ascendente nos primeiros nove meses do ano e uma queda acentuada superior a 24% face ao ano anterior no último trimestre do ano. O preço do petróleo em média em 2018 situou-se em 60.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Portugal

Em 2018, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2018, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1%, o que representa uma redução de 0.4p.p face aos valores de 2017.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1.2%, (redução de 0.4p.p. face ao ano de 2017).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2016	2017	2018
PIB	1,5%	2,8%	2,1%
IPC	0,6%	1,4%	1,0%
IHPC	0,6%	1,6%	1,2%
Desemprego	11,1%	8,9%	7,0%
Consumo Privado*	2,1%	2,3%	2,3%
Consumo Público*	0,6%	0,2%	0,7%
Exportações*	4,1%	7,8%	3,6%
Importações*	4,1%	8,1%	4,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2018

A taxa média de **desemprego** em 2018 ascendeu a 7%, menos 1.9p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2016	2017	2018
Média Tensão	165	167	167
Baixa Tensão Especial	180	182	181
Baixa Tensão Normal	150	152	151

Fonte: ERSE;

Em 2018, verificou-se uma desaceleração de 0.7p.p. do crescimento do PIB real (2.1%) relativamente ao valor registado em 2017 (2.8%). A procura interna mantém-se como a principal força de crescimento económico embora o seu contributo tenha reduzido face a 2017. Esta evolução assenta sobretudo no abrandamento do Investimento, atenuado ligeiramente por uma aceleração do crescimento real do consumo público (de 0.2% em 2017 para 0.7% em 2018) e pela estabilização do crescimento do consumo privado em 2.3% em parte pelo aumento do rendimento disponível das famílias resultante do crescimento do emprego e dos salários.



ENQUADRAMENTO DO SETOR 2018

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 435 entidades gestoras, das quais 270 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 278 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2018), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão municipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuídas no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	12	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,6 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	7
Serviços Municipais	183	190	228
TOTAL	319	257	255

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 28 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,74% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não facturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	53.547	17,49%
Concessões Municipais	28	968	111.944	18,37%
País	258	5.594	849.414	30,22%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2018), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	95%	Área mediamente urbana	82%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

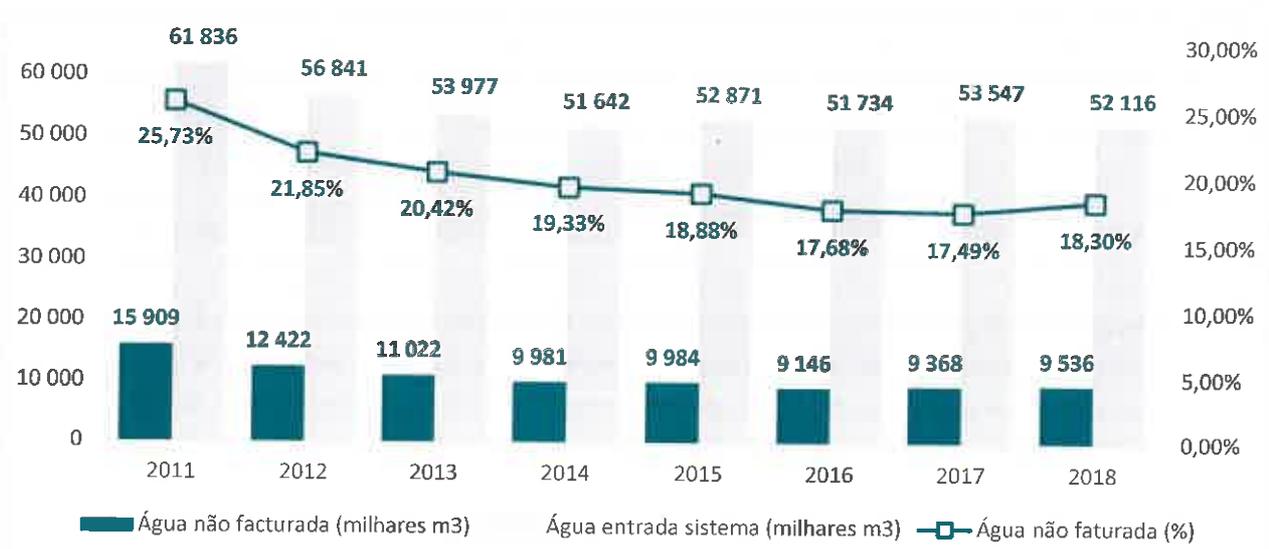


Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2018, a média continental foi de 30,2%, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 18,3%.

A tabela seguinte reflete a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	52 116
Água não facturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 536
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,3%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536

(*) Valores em milhares m³

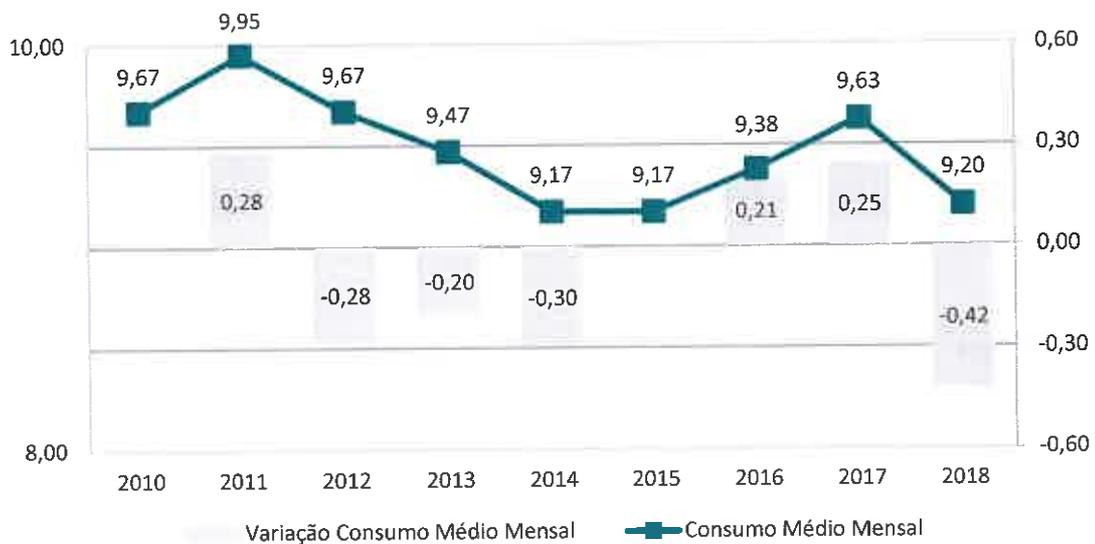


Handwritten signatures and initials in blue ink.

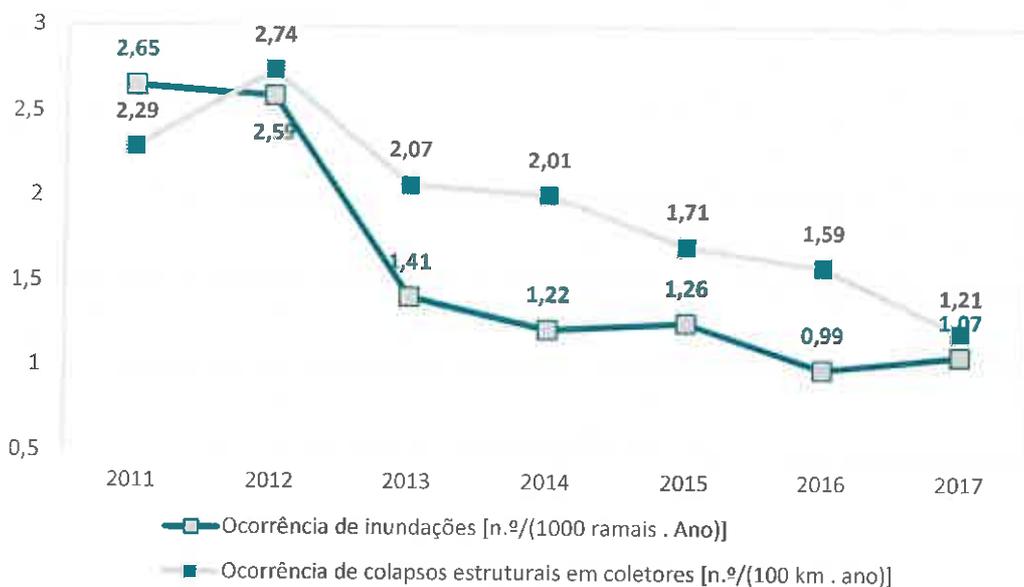
Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um decréscimo de 0,42 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,20 m³/Cliente/mês:



Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais (valores de 2018 ainda não disponíveis):



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99	1,07
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59	1,21
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%	80,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43	102,90

ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é a Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade, dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja, com uma área geográfica de 262 km², uma população de 21.814 habitantes¹, ± 8.200 famílias e ± 11.900 alojamentos clássicos.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de água e o tratamento de águas residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste, até junho de 2015 e pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo até junho de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais através da cissão de alguns dos sistemas multimunicipais, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. a entidade gestora em alta responsável pelo tratamento de águas residuais.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e, mais recentemente, serviços de transportes e logística. O concelho de Azambuja adquiriu, a nível nacional, apoiado nas excelentes acessibilidades e centralidade, uma posição de

¹ INE – Resultados CENSOS 2011.

relevo na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado numa região metropolitana alargada, situando-se numa área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos setores industrial, da logística e dos transportes e o desenvolvimento do sector agroflorestal, assim como a criação de atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes – Azambuja e Aveiras de Cima – e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.²

Regulação

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos;
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016;
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta;
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja;
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de

² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

A ERSAR realiza, anualmente, a avaliação da qualidade de serviço das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria e validação final, após o período de contraditório. Em 2018 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2017, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal).

Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos ao fornecimento de água em baixa e em alta ao município do Cadaval.

- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.
- Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do Decreto-lei n. 9152/2017 de 07 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n. 9306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n. 992/2010 de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano.

RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 10 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores

	2016	2017	2018	Var. %
Contrato sem Termo	9	8	8	0%
Contrato Termo Certo	1	2	2	0%
Total	10	10	10	0%

Tipo de Contrato



Contrato sem Termo
Contrato Termo Certo

Saídas e Admissões

	2016	2017	2018	Var. %
Admissões		1	1	0%
Saídas		1	1	0%
Total	0	0	0	

O número de colaboradores mantém-se em relação ao ano anterior, registando-se uma admissão e uma saída. Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2017 para 2018, uma redução ao nível dos m³ vendidos por n.º de colaborador e uma evolução positiva do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes.

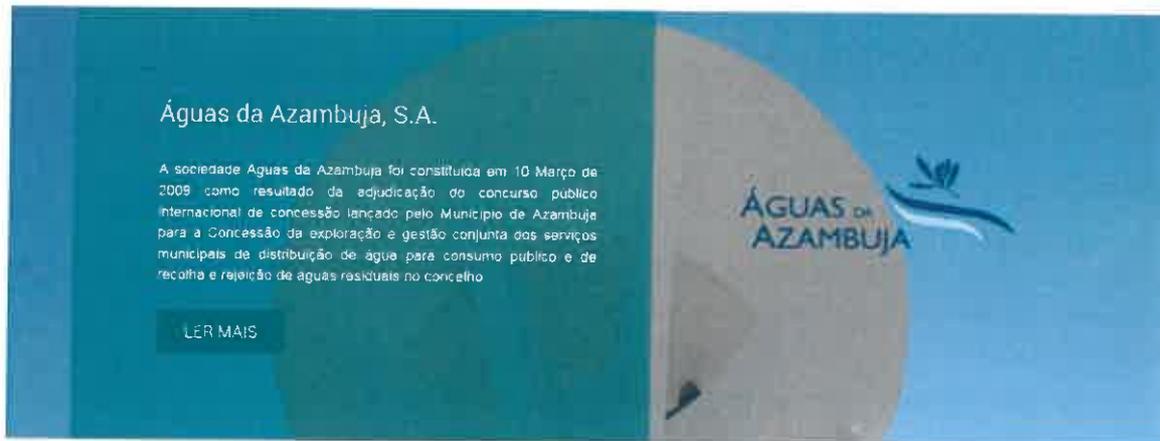


REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018

FACTOS RELEVANTES

Em 2018, relativamente ao Plano de Investimentos (retomado em 2017), foram realizados os seguintes trabalhos (ver detalhe em Planos de Investimentos / Novas Infraestruturas – página 23):

- Colocação em serviço, em março de 2018, do Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas de abastecimento de água (Obra FA04 - Construção do Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas);
- Início, em junho de 2018, da empreitada FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo;

Na rúbrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” foram executadas as seguintes empreitadas:

- Prolongamento da rede de águas residuais na Travessa do Matadouro, freguesia de Azambuja;
- Prolongamento das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais na Rua dos Pereiras, freguesia de Aveiras de Cima.

A AdAz continuou o trabalho de renovação do parque de contadores, tendo substituído em 2018 um total de 495 contadores, que representam aproximadamente 5% do parque de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

A nível operacional foi realizada a higienização a todos os reservatórios afetos ao sistema de abastecimento realizada em novembro, como boa prática implementada pela empresa.

A empresa manteve durante o ano de 2018, o envolvimento com a comunidade, através da participação em atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinho, Tasquinhas de Manique e Alcoentre e Feira de maio de Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja têm continuado a desenvolver as ferramentas

operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas, ao Plano de Segurança da Água e à Gestão de Caudais Indevidos, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, cumprindo com os objetivos estratégicos da empresa.

Em 2018 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se um ligeiro aumento na percentagem de água não faturada, que se situou nos 24,8 %, o que representa uma variação de + 0,8 p.p. face ao ano anterior.

Volume de Água (m³)

	2016	2017	2018	Var. %
Água Aduzida	1 481 796	1 571 096	1 512 972	-4%
Água Vendida	1 157 107	1 194 574	1 138 504	-5%
Perdas % (I)	22%	24%	25%	0,8 p.p.

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) diminuiu, face ao ano de 2017, em 58.124 m³, o que representa uma variação de - 3.7%. O volume faturado registou também uma diminuição, no valor de 56.070 m³, representando uma variação de - 4.69% face ao ano anterior. A referida diminuição de consumo verificou-se em todos os tipos de clientes e, em especial, nos clientes do tipo doméstico (- 27.821 m³) e “comércio e indústria” (- 19.190 m³).

No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, no ano de 2018 verificou-se, face a 2017, um significativo incremento do volume de águas residuais entregue para tratamento à entidade gestora em alta, quantificado em 166.081 m³ (2017: 846.463 m³; 2018: 1.012.544 m³), representando uma variação de + 19.6%. Esta variação está diretamente relacionada com o período de seca ocorrido em 2017 (ano com o menor volume de águas residuais produzidas e entregues para tratamento desde o início da Concessão). Em relação ao serviço prestado a clientes de recolha e transporte de águas residuais verificou-se, face a 2017, uma diminuição do volume faturado, correspondente a 33.831 m³ (2017: 896.173 m³; 2018: 862.342 m³), representando uma variação de - 3.8%.

O valor de afluências indevidas (diferença entre volume de águas residuais recolhido e faturado e o volume entregue para tratamento) registado em 2018 foi de 150.202 m³, o que corresponde a um rendimento global do sistema de 85,7 %.

Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

O Plano de Investimentos da Concessão foi retomado em 2017, na sequência de alteração e aprovação por parte do Município e da Assembleia Municipal, em setembro de 2016.

Neste contexto e no que concerne às obras mais representativas do Plano de Investimentos da Concessão apresenta-se de seguida os desenvolvimentos ocorridos em 2018:

FA04 - Construção do Reservatório de Virtudes, estação elevatória e respetivas condutas

Em março de 2018 (e após a higienização do novo reservatório), ocorreu a entrada em serviço das infraestruturas construídas nesta empreitada (fisicamente concluída no final de 2017).

FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo

Esta empreitada teve o seu início em junho de 2018 na zona da freguesia de Alcoentre e na zona envolvente da CLC – Companhia Logística de Combustíveis (conduta distribuidora para Alcoentre e troço de conduta adutora “Alcoentre-Jodel”). Num total de 12.000 metros lineares de conduta previstos para a empreitada, a dezembro de 2018 estavam executados aproximadamente 6.500 metros lineares. De referir que em setembro de 2018 foi rececionado o licenciamento por parte da I.P. – Infraestruturas de Portugal, S.A para a totalidade dos trabalhos previstos na EN 366. Relativamente à construção das câmaras de manobras, em 2018 foram executados os trabalhos de construção civil (estrutura de betão armado pré-fabricado, sem instalação de equipamentos) nos seguintes locais: Vale do Brejo, Sítio dos Poços e Aveiras de Cima (junto à EN 366).

As empreitadas acima referidas, incluídas no plano de investimentos, têm fiscalização da empresa, DDN - Gestão, Coordenação e fiscalização de Obras Públicas e Privadas, Lda.

A nível de outros investimentos, e conforme já referido, no âmbito do investimento previsto em “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” foram executadas as seguintes empreitadas:

- Prolongamento da rede de águas residuais na Travessa do Matadouro, freguesia de Azambuja (aproximadamente 50 metros lineares de coletor DN 200 em PP corrugado e 2 ramais);
- Prolongamento da rede de abastecimento de água na Rua dos Pereiras e execução de rede drenagem de águas residuais na Travessa dos Pereiras, freguesia de Aveiras de Cima (282 metros lineares de conduta de abastecimento em PVC DN 90 mm e 3 ramais de água + 82 metros lineares de coletor de águas residuais em PP corrugado DN 200 mm e 2 ramais);

Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

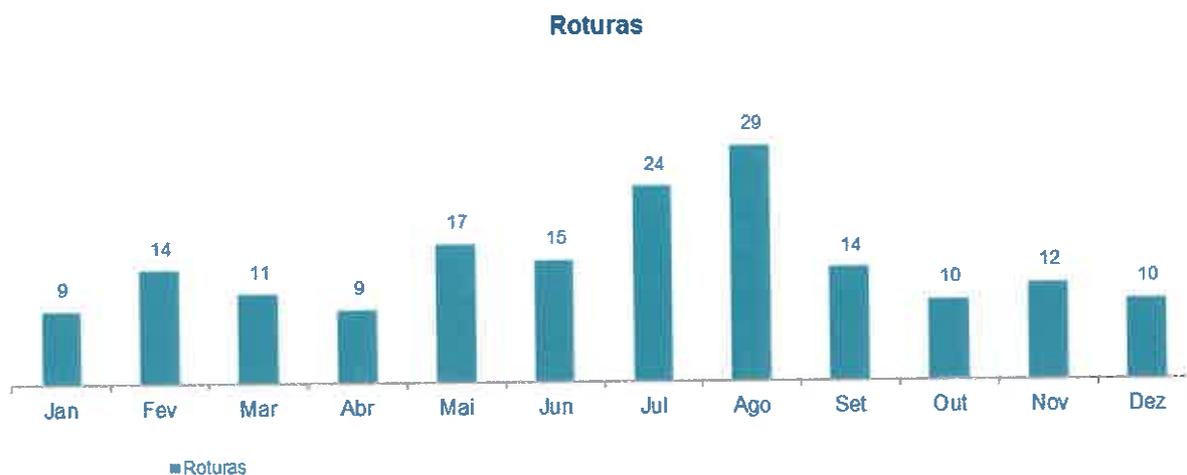
- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.

No decorrer do ano de 2018 foram reparadas 174 roturas na rede, o que significa um aumento 36 % face ao ano de 2017, que registou 128 roturas. Nos meses de abril, junho, julho e novembro realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de perdas, tendo sido detetadas e reparadas 7 fugas.

No quadro seguinte é apresentado o número de reparações mensais de roturas durante o ano de 2018.

Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	9	14	11	9	17	15	24	29	14	10	12	10	174

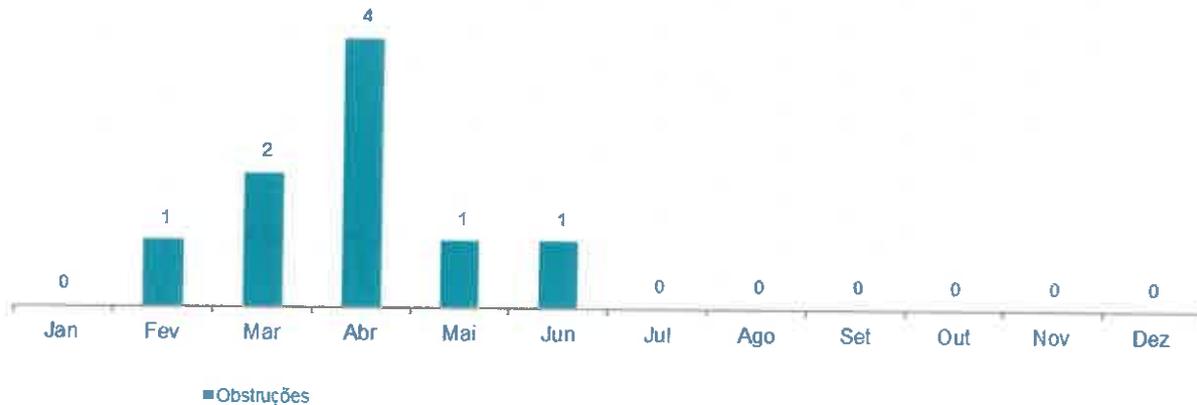


Relativamente à rede de saneamento, continua a verificar-se, à semelhança dos anos anteriores, um reduzido número de obstruções em coletores. No total, em 2018, ocorreram 9 obstruções em coletores (14 obstruções em 2017). O reduzido número de obstruções estará, também, diretamente relacionado com a manutenção preventiva da rede de drenagem.

Obstruções

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Obstruções	0	1	2	4	1	1	0	0	0	0	0	0	9

Obstruções



Relativamente à limpeza de fossas, foram assegurados 524 serviços, registando-se um incremento de 26% face ao ano 2017 (com 416 limpezas). O aumento progressivo do número de serviços registado desde 2016 (com 343 serviços) resulta também da implementação do novo tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos.

Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em alta e em baixa, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) assim como a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (entidade gestora em baixa e em alta) para 2018, estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto e o Decreto Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, foi totalmente cumprido mediante a realização de 116 Controlos de Rotina 1 (CR1), 44 controlos de Rotina 2 (CR2) e 12 Controlos de Inspeção (CI).

Durante o ano de 2018 registaram-se 2 incumprimentos, num total de 1161 determinações regulamentares. Relativamente aos 2 incumprimentos verificados, e tendo em conta os resultados das análises de verificação da inconformidade (contra-análises), importa esclarecer que a origem dos mesmos deverá estar relacionada com a rede predial de abastecimento de água dos edifícios / instalações onde foram recolhidas as amostras (e não com a rede pública de abastecimento de água).

Em 2018 foram monitorizados 115 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e a distribuição pelas 9 zonas de abastecimento existentes, para além do ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente escolas, jardins-de-infância, lares de idosos, espaços públicos, restaurantes, cafés e alojamentos, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela Entidade Reguladora (ERSAR), referente ao ano 2017 e publicado em 2018, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 99,91%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR. De destacar a obtenção em 2018 do selo de qualidade ERSAR para “Água para consumo humano” atribuído pela ERSAR.

Imagem e comunicação

Em 2018 a empresa continuou a realizar campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes.

Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do concelho.

Participou também numa ação conjunta, promovida por um jornal da região, com várias escolas do concelho de Azambuja, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira e os respetivos municípios, integrado nas comemorações alusivas ao Dia do Ambiente.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de 620 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica.



Área Comercial

Em 2018 registou-se, face ao ano anterior, um aumento de 45 clientes na área do abastecimento de água e, relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais, um aumento de 13 clientes.

Durante o ano de 2018 foram construídos 32 ramais de água e 10 ramais de saneamento, na sequência de pedidos de ligação à rede (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 846 novos contratos de fornecimento de água, associados, em grande parte, à dinâmica do mercado de aluguer de habitação. Face ao ano de 2017 (890 novos contratos) regista-se uma diminuição de - 4,94% no número de novos contratos celebrados.



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2018, a Águas da Azambuja registou 801 rescisões de contrato de fornecimento o que resulta, tendo em conta o número de novos contratos (846) - e conforme já mencionado - numa variação total de mais 45 clientes.

Suspensões de fornecimento

Relativamente a suspensões de fornecimento por falta de pagamento (controlo de cobranças), ocorreram 273 suspensões no fornecimento, uma diminuição de - 27,59 % face a 2017 (com 377 suspensões de serviço).

Campanha de Substituição de Contadores

Durante o ano de 2018 foram substituídos 495 contadores (aproximadamente 5 % do parque de contadores) registando-se, a dezembro de 2018, uma idade média do parque de contadores de 5,77 anos.

Vendas e Prestações de Serviços

	2016	2017	2018	Var. %
Venda de Água	1 536 912	1 670 421	1 596 818	-7%
Taxa de Disponibilidade	679 246	607 396	617 084	2%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	2 216 158	2 277 817	2 164 102	-5%
Tarifa de Utilização de Saneamento	688 260	1 179 517	1 110 942	-5%
Ramais Domiciliários (Água)	24 840	51 883	38 350	-26%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	9 702	8 013	7 690	-4%
Outros Serviços	121 324	138 007	147 030	7%
Total das Prestações de Serviços	844 126	1 377 419	1 310 021	-5%
Total de Volume de Negócios	3 060 284	3 655 236	3 474 122	-5%

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de negócios de 3 474 122 Euros

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m ³)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	719 276	63%	747 546	104%	8 679	86%
Comércio e Indústria	236 328	21%	579 815	245%	908	9%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	88 079	8%	103 158	117%	215	2%
Instituições de Utilidade Pública	36 389	3%	42 476	117%	103	1%
Obras	6 891	1%	15 582	226%	51	1%
Outros	51 541	5%	57 841	112%	84	1%
Total	1 138 504	0	1 546 418		10 040	

Tipo de Cliente



A dezembro de 2018 os clientes do tipo “Doméstico” (8 679) representam a larga maioria dos clientes, com 86,4% do total de contratos existentes (10.040), seguindo-se os clientes do tipo “Comércio e Indústria” (908) que representam 9,0% do universo de clientes. No entanto, no que toca à distribuição do volume de água vendido por tipo de cliente, a diferença diminui, com os clientes do tipo “Doméstico” a representar 63% do volume fornecido (719.276 m³) e os do tipo “Comércio e Indústria” 21% (236.328). Como seria expectável, no que toca ao valor de venda (faturação associada à tarifa volumétrica), a diferença entre os dois tipos de clientes volta a diminuir substancialmente, verificando-se que os clientes do tipo doméstico correspondem a 48,3% (747.546 €) e o “Comércio e Indústria” a 37,5% do volume de venda (579.815 €).

Em média, verifica-se um consumo 9,45 m³ por cliente e por mês. No que toca à capitação associada a clientes domésticos, verifica-se um consumo médio de 6,90 m³ por cliente e por mês.

Formas de Pagamento

Apresenta-se, na tabela seguinte, a distribuição no número de pagamentos de faturas pelos vários canais de pagamento disponibilizados a clientes. Face ao ano de 2017 o número de pagamentos efetuados na loja da empresa mantém-se estável, representando 21% do total (25.393 pagamentos). O meio de pagamento com maior representatividade – recolhe a preferência de 35 % dos clientes – é o débito direto, que apresenta um aumento, por comparação com 2017 (41.356), de 1.567 pagamentos (+ 4 %); o grande aumento do número de pagamentos via “Payshop” (mais 9.255 pagamentos face a 2017) estará diretamente relacionado com o cancelamento do canal / agentes “Pagaqui” assim como a alteração do modo de pagamento dos avisos de corte, que deixou de ser possível via Multibanco tendo passado para este canal. O Multibanco, que até 2017 era o canal mais utilizado (41% em 2017), apresenta um decréscimo de 7.800 pagamentos (- 16%) passando para 2.º lugar, com 34% de preferência.

Modalidade de Pagamento

	2016	2017	2018	Var. %
Loja	28 856	25 489	25 303	0%
Débito em Conta	42 435	41 356	42 823	4%
Payshop	2 647	3 561	12 818	260%
Multibanco	51 052	48 898	41 098	-16%
Balcão EDP	0	0	0	
Total	124 990	119 304	122 230	

Destaca-se ainda, em relação à fatura digital, a adesão de mais 208 clientes registando-se, a dezembro de 2018, um total de 1 395 clientes (13,9 %) aderentes.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo definido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um elevado nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores. Em termos gerais, a Concessão engloba 10 040 contratos ativos a 31 dezembro de 2018.

Apresenta-se de seguida um breve resumo das infraestruturas em serviço.

Infra-Estruturas	nº/km
Rede de Abastecimento de Água	284
Rede de Saneamento	142
Reservatórios	18
Estações Elevatórias de Abastecimento	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	21

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido muito positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuições da Concessão, tanto a nível da operação de infraestruturas assim como no relacionamento com os clientes e outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2018, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2018, um resultado líquido de 361.280 euros.

Demonstração dos Resultados				(em euros)
	2016	2017	2018	Var. %
Vendas	2 216 158	2 277 817	2 164 102	-5%
Prestações de Serviços	844 126	1 377 419	1 310 021	-5%
Volume de Negócios	3 060 284	3 655 236	3 474 122	-5%
CMVMC	860 781	921 221	898 204	-2%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 181 932	1 311 357	1 309 133	-0,2%
Gastos com o Pessoal	215 967	229 381	229 853	0,2%
Outros Resultados Operacionais	(4 104)	118 942	(232 838)	296%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	797 501	1 312 219	804 095	-39%
Amortizações	204 263	213 805	206 854	-3%
Resultado operacional (RO)	593 238	1 098 414	597 241	-46%
Resultados Financeiros	(207 257)	(169 680)	(152 023)	10%
Resultados Antes de Impostos	385 981	928 734	445 218	-52%
Imposto Sobre o Rendimento	31 563	77 080	83 937	9%
Resultado Líquido do Exercício	354 418	851 654	361 280	-58%

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2016	2017	2018	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	718 280	1 308 194	966 686	-26%
Margem EBITDA Ajustado	23%	36%	26%	-22%
EBIT (Resultado Operacional)	593 238	1 098 414	597 241	-46%
Margem EBIT	19%	30%	17%	-43%

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

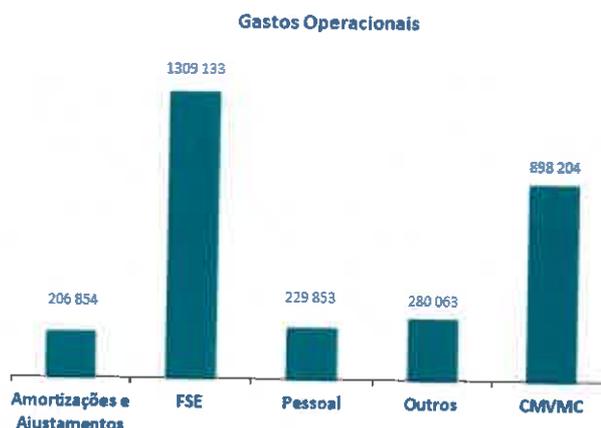
O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:



EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 597.241 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 3.521.348 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 2.924.107 euros. O volume de negócios decresceu 5% essencialmente por via de menor caudal faturado.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



Os Fornecimentos e Serviços Externos reduziram 0.2%.

A variação negativa de 2% verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pela redução de água aduzida.

Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 10% com um resultado negativo de 152 mil euros, explicado pela redução de custos associados ao *Project Finance*.

ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(em euros)			
	2016	2017	2018	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	4 912 304	5 229 635	6 156 708	18%
Outros	161	54 883	102 466	87%
Total dos Ativos não Correntes	4 912 465	5 284 518	6 259 174	18%
Créditos a receber	763 729	1 070 753	980 743	-8%
Diferimentos	54 701	68 360	68 389	0%
Outros	1 816 803	1 915 016	3 003 531	57%
Total dos Ativos Correntes	2 635 233	3 054 129	4 052 663	33%
Total do Ativo	7 547 698	8 338 647	10 311 837	24%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	608 709	1 460 363	1 821 643	25%
Financiamentos Obtidos	4 523 781	4 177 469	5 768 727	38%
Dívidas a pagar	488 149	467 476	450 334	-4%
Outros	251 908	278 757	448 358	61%
Total dos Passivos não Correntes	5 263 838	4 923 702	6 667 419	35%
Dívidas a pagar	1 627 485	1 831 848	1 480 335	-19%
Financiamentos Obtidos	47 666	122 734	336 440	174%
Total dos Passivos Correntes	1 675 151	1 954 582	1 822 775	-6,74%
Total do Passivo	6 938 989	6 878 284	8 490 194	23%
Total do Capital Próprio e do Passivo	7 547 698	8 338 647	10 311 837	24%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2018, o montante de 10.311 mil euros.

Os **Ativos não Correntes** aumentam 18% essencialmente pelo registo de ativos intangíveis em curso.

Os **Ativos Correntes** variam 33% contribuindo positivamente o aumento dos saldos de disponibilidades bancárias.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado positivo verificado em 2018.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2018, o montante de 6.667 mil euros, valor superior em 35% ao registado no final de 2017, pela utilização do 14º desembolso associado ao financiamento de Mlp no valor de 1.876 mil euros.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta igualmente do 14º desembolso associado ao financiamento de Mlp compensado pela redução do saldo de dívidas a pagar.

INDICADORES

Os principais indicadores registaram os seguintes valores:

Indicadores	(em euros)			
	2016	2017	2018	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	58%	58%	20%	-0,38 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	5%	10%	4%	-0,07 p.p.
Autonomia Financeira (%)	8%	17,51%	17,73%	0,002 p.p.
Solvabilidade (%)	9%	21%	21%	0,002 p.p.

As variações dos indicadores de Rentabilidade apresentam-se negativos pela redução do resultado líquido face ao ano anterior.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade mantêm-se estáveis face ao ano anterior, por via de aumento do ativo e passivo ser proporcional ao aumento do capital próprio.



PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2019 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuação das Obras previstas no Plano de Investimento;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com especial enfoque na redução do volume de água não faturada e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de aflúências indevidas;
- Implementação de um sistema de informação geográfica;
- Otimização do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento das concessionárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Alteração da legislação aplicável ao setor;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos e a ocorrência de eventos extremos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2018, o Conselho de Administração manifesta o seu elevado apreço e consideração a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- a Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e PRAGOSA AMBIENTE, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- a Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- o Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.



OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2018;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2018;
- A sociedade não tem sucursais.

X

4 G

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante de 361.280 euros seja transferido para resultados transitados.

O Conselho de Administração



Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dr. António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 25 de março de 2019

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31 de dezembro de 2018

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	16 124	22 108
Ativos Intangíveis	7	6 140 584	5 207 527
Outros investimentos financeiros		1 170	666
Outros Ativos Financeiros		60 995	54 217
Ativos por Impostos Diferidos	12	40 300	-
		6 259 174	5 284 518
Ativo Corrente			
Inventários	9	37 032	39 075
Clientes	13	500 832	590 632
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	3 085	-
Outros Créditos a Receber	13.2	479 911	480 121
Diferimentos	15.2	68 389	68 360
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 963 414	1 875 942
		4 052 663	3 054 129
Total do Ativo		10 311 837	8 338 647
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.8	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais		24 272	24 272
Resultados Transitados	15.3	(508 909)	(1 360 563)
Resultados Líquidos do Período	15.3	361 280	851 654
Total do Capital Próprio		1 821 643	1 460 363
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	448 358	278 757
Financiamentos Obtidos	13.5	5 768 727	4 177 469
Outras Dívidas a Pagar	13.4	450 334	467 476
		6 667 419	4 923 702
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	762 468	1 059 152
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	131 314	97 752
Financiamentos Obtidos	13.5	336 440	122 734
Outras Dívidas a Pagar	13.4	592 553	674 944
		1 822 775	1 954 582
Total do Passivo		8 490 194	6 878 284
Total do Capital Próprio e Passivo		10 311 837	8 338 647

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Quantias em Euros

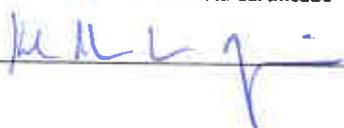
	Notas	31/12/2018	31/12/2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	3 474 122	3 655 236
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	3 280	2 453
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(898 204)	(921 221)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 309 133)	(1 311 357)
Gastos com o Pessoal	14	(229 853)	(229 381)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(3 198)	(2 750)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(159 393)	6 775
Outros Rendimentos	15.5	43 946	370 895
Outros Gastos	15.6	(117 472)	(258 431)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		804 095	1 312 219
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(206 854)	(213 805)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		597 241	1 098 414
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	3 507	4 326
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(155 530)	(174 007)
Resultado antes de Impostos		445 218	928 734
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(83 937)	(77 080)
Resultado Líquido do Período		361 280	851 654



Conselho de Administração



Contabilista Certificado




Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de dezembro de 2018

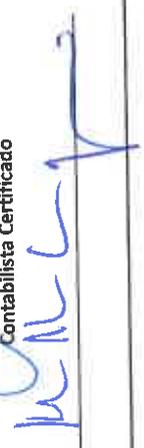
Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	50 000	1 895 000	6 551	(1 697 260)	354 418	608 709
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal	-	17 721	-	336 697	(354 418)	17 721
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	17 721	336 697	(354 418)	(17 721)
2						0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
3						
4						
5=3+4						
6						
7=1+2+3+4+6	50 000	1 895 000	24 272	(1 360 563)	851 654	1 460 363
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017						
8						
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	851 654	(851 654)	-
9						
10						
11=9+10						
12						
13=7+8+9+10+12	50 000	1 895 000	24 272	(508 909)	361 280	1 821 643
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018						



Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Quantias em Euros

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	4 541 977	4 587 920
Pagamentos a Fornecedores	(4 333 471)	(3 381 268)
Pagamentos ao Pessoal	(228 832)	(238 153)
Caixa gerada pelas operações	(20 326)	968 498
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(75 585)	(31 518)
Outros recebimentos / pagamentos	(69 546)	(149 003)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	(165 457)	787 977
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(3 672)	(32 327)
Ativos Intangíveis	(411 747)	(276 558)
Outros Ativos	(8 371)	(1 706)
	(423 790)	(310 591)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	5 348	-
	5 348	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(418 442)	(310 591)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 876 245	223 755
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	125 000
	1 876 245	348 755
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(97 195)	(54 217)
Juros e gastos similares	(71 679)	(70 129)
Outras operações de financiamento	(36 000)	(81 483)
	(204 874)	(205 829)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	1 671 371	142 926
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 087 472	620 313
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 875 942	1 255 629
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 963 414	1 875 942

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja. A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal. O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 25%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado. No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2018 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Políticas contabilísticas

3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

Handwritten blue ink marks and signatures in the bottom right corner of the page.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água). Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	4,21%	4,22%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	4,21%	4,22%

O gasto com depreciações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e depreciação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as depreciações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As depreciações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela depreciação dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 7% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou depreciação da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Acionistas.

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Acionistas;
- Outros credores;

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

(j.4) Outros ativos financeiros

Esta rubrica inclui o valor de mercado dos instrumentos derivados usados para a cobertura da taxa de juro.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantêm em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da

retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (CAP).

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2018	2017
Caixa	334	500
Depósitos à Ordem	2 963 080	1 875 442
	2 963 414	1 875 942

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
<i>Ecobrejo</i>	-	Assistência técnica.
<i>Construções Pragosa</i>	-	Obras de Construção Civil.

Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságuia Lisboa	Material Hidráulico	
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2018	-	131 908	-	124 358	-	-
	2017	-	135 241	-	250 555	-	-
Luságuia Serviços Ambientais	2018	-	40 654	-	34 799	-	-
	2017	-	140 957	-	141 664	-	-
Ecobrejo	2018	-	17 974	-	13 456	-	-
	2017	-	39 783	-	54 843	-	-
Construções Pragosa	2018	-	-	-	202 060	-	-
	2017	-	-	-	55 691	-	-
Pragosa Ambiente	2018	-	33 474	-	22 764	-	-
	2017	-	63 932	-	16 164	-	-
Águas do Lena	2018	-	1 189	-	-	-	-
	2017	-	120	-	147	-	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2018	2017
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	48 346	32 618
Total de remunerações	48 346	32 618

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Investimento de substituição	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2017	4 504 165	1 164	-	888 156	195 394	5 588 880
Aquisições	135 310	-	-	-	387 326	522 636
31 de dezembro de 2017	4 639 475	1 164	-	888 156	582 720	6 111 516
Aumentos	38 633	-	-	-	1 091 120	1 129 753
Transferências	553 024	-	-	(26 125)	(526 899)	-
31 de dezembro de 2018	5 231 132	1 164	-	862 031	1 146 941	7 241 268

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Investimento de substituição	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2017	570 810	1 164	-	129 775	-	701 750
Amortizações	171 393	-	-	30 848	-	202 240
31 de dezembro de 2017	742 203	1 164	-	160 623	-	903 990
Amortizações	167 159	-	-	29 537	-	196 696
31 de dezembro de 2018	909 362	1 164	-	190 159	-	1 100 685

Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2018	4 321 770	-	-	671 872	1 146 941	6 140 584
A 31 de Dezembro de 2017	3 897 272	-	-	727 534	582 720	5 207 527
A 1 de Janeiro de 2017	3 933 355	-	-	758 381	195 394	4 887 130

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:					
1 de Janeiro de 2017	57 259	63 867	7 861	-	128 987
Aumentos	-	-	8 500	-	5 281
Abates	-	(2 709)	-	-	(1 133)
31 de Dezembro de 2017	57 259	61 158	16 361	-	134 778
Aumentos	-	3 138	359	677	4 174
31 de Dezembro de 2018	57 259	64 296	16 720	677	138 952
Amortizações e Imparidade:					
1 de Janeiro de 2017	42 779	54 095	6 940	-	103 813
Amortizações	5 726	3 071	896	-	9 693
Abates	-	(838)	-	-	(838)
31 de Dezembro de 2017	48 505	56 328	7 836	-	112 669
Amortizações	5 726	3 711	721	-	10 158
31 de Dezembro de 2018	54 231	60 039	8 557	-	122 827
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de Dezembro de 2018	3 028	4 257	8 163	677	16 124
A 31 de Dezembro de 2017	8 754	4 830	8 525	-	22 108
A 1 de Janeiro de 2017	14 480	9 772	921	-	25 174

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2018	2017
5 Contratos de aluguer de viaturas	39.443	12.849
	39.443	12.849

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2018	2017
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	13.221	7.620
Mais de um ano e não mais de cinco anos	26.222	5.229
Total dos Pagamentos	39.443	12.849

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2018	2017
Matérias primas, Subs. e de Consumo	37 032	39 075
	37 032	39 075

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2017	43 732	43 732
Compras	916 563	916 563
Regularização de inventários	-	-
Existências em 31 de dezembro de 2017	(39 075)	(39 075)
CMVMC	921 221	921 221
Existências em 1 de janeiro de 2018	39 075	39 075
Compras	896 161	896 161
Regularização de inventários	-	-
Existências em 31 de dezembro de 2018	(37 032)	(37 032)
CMVMC	898 204	898 204

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2018	2017
Vendas		
Produtos Acabados e Intermedios		
Água	1 546 418	1 670 421
Quota Serviço Água	617 684	607 396
	2 164 102	2 277 817
Prestações de Serviços		
Diversos	193 079	197 902
Venda de Saneamento	1 116 942	1 179 517
	1 310 021	1 377 419
	3 474 122	3 655 236

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2017		
Reversões do ano	251 908	251 908
Ajustamento temporal	(6 775)	(6 775)
A 31 de Dezembro de 2017	33 623	33 623
	278 757	278 757
A 1 de Janeiro de 2018	278 757	278 757
Reversões do ano	(19 719)	(19 719)
Aumentos do ano	179 112	179 112
Ajustamento temporal	10 208	10 208
A 31 de Dezembro de 2018	448 358	448 358

Presentemente decorre uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011, com sentença proferida já no ano de 2018, de declaração da extinção da instância requerida pelas Partes, assim como uma injunção também requerida pela mesma extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

Em ambos os processos, a Águas da Azambuja apresentou oposição fundamentada nomeadamente no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos.

No âmbito do processo relativo a 2010, a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Imposto Corrente		
IRC do ano	83 937	77 080
	83 937	77 080

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes de impostos	445 218	928 734		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	100 174	208 965	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	19 719	6 775		
Outros	-	-		
	19 719	6 775	(5,00%)	(4,16%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	2 179	63		
Provisões para além limites legais	200 811	45 624		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria do trabalhador	2 811	-		
Outros	27	-		
	205 828	45 687	(14,40%)	(5,11%)
Lucro tributável	631 326	967 646		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	132 579	203 206	29,78%	21,88%
Tributação autónoma	1 018	1 604	0,23%	0,17%
Derrama	9 470	14 515	2,13%	1,56%
Utilização de perdas fiscais	(18 829)	(142 244)	(4,23%)	(15,32%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(40 300)	-	(9,05%)	0,00%
	(48 641)	(126 126)	(10,93%)	(13,58%)
	83 937	77 080	18,85%	8,30%
Imposto sobre o rendimento				

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2018	2017
Corrente			
	Clientes		
	Valor Bruto	572 222	658 823
	Imparidade	(71 389)	(68 191)
		500 832	590 632
	Outros créditos a receber	479 911	480 121
		980 743	1 070 753
Instrumentos Financeiros Passivos		2018	2017
Não corrente			
	Financiamentos obtidos	5 768 727	4 177 469
	Outras dividas a pagar	450 334	467 476
		6 219 061	4 644 945
Corrente			
	Fornecedores	762 468	1 059 152
	Financiamentos obtidos	336 440	122 734

Outras dívidas a pagar

592 553 674 944

1 691 461 1 856 830

7 910 522 6 501 775

Instrumentos Financeiros de Capital

2018

2017

Capital

50 000

50 000

Outros instrumentos de capital

Prestações suplementares

1 895 000

1 895 000

1 945 000

1 945 000

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2018	572 221	398 892	77 793	9 163	2 145	6 542	77 687
Ano 2017	658 823	465 734	100 364	8 082	1 426	2 276	80 941

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Saldo Final
Exercício de 2018			
Clientes	68 191	3 198	71 389
	68 191	3 198	71 389
Exercício de 2017			
Clientes	65 441	2 750	68 191
	65 441	2 750	68 191

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	110 867	110 710
Saneamento	35 222	35 584
Pessoal	(3)	11
Devedores diversos	330 824	330 816
Cauções de Fornecedores	3 000	3 000
Acionistas/Sócios	-	-
	479 911	480 121

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Fornecedores		
Nacionais	643 515	830 056
Entidades relacionadas	118 953	229 096
	762 468	1 059 152

13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	450 334	467 476
	450 334	467 476
Outras dívidas a pagar - corrente	229 527	227 147
Fornecedores de investimento		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	29 411	30 369
Juros	141 071	129 127
Fornecimentos e serviços por facturar	1 800	2 251
Diversos	33 473	109 064
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	133 569	153 500
Renda de concessão	23 701	23 486
Diversos		
	592 553	674 944
	1 042 887	1 142 420

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2018	2017
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	5 768 727	4 177 469
	5 768 727	4 177 469
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	336 440	122 734
	336 440	122 734

13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2018	2017
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	-	12 495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	12 500	5
	50 000	50 000

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2 501 002 609 093	CGD	5 000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2 501 004 246 093	CGD	93 000	Obras	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Abertura de Vala EN nº3 Km 5+400 a Km 8+500 - D e F
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2018	2017
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	60 995	54 217
	60 995	54 217

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de CAP Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de

reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas da Azambuja, S.A. foi de 171.700 euros (incluindo um reforço de 36 mil euros efetuado em 2018) e a taxa de Cap foi fixada nos 2%. A diferença na valorização do CAP a 31 de dezembro de 2018, no montante de 29.221 euros foi registada em resultados.

13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Remunerações do Pessoal	179 043	176 291
Indemnizações	1 522	-
Encargos sobre Remunerações	38 380	37 796
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 433	2 406
Gastos de ação social	6 469	6 100
Outros gastos com o Pessoal	2 007	6 788
	229 853	229 381

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2018 foi de 10 (2017: 10 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Saldo a Receber		
IVA	3 085	-
	3 085	-
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	1 868	2 136
IVA	-	14 516
Imposto do Exercício	124 238	77 080
Contribuição para a Segurança Social	3 687	3 992
Outras Tributações	1 522	27
	131 314	97 752

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 963	1 957
Encargos Bancários	59 930	59 930
Outros	6 495	6 473
	68 389	68 360

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2017	6 551	(1 697 260)	354 418	(1 336 290)
Constituição da Reserva legal	17 721	-	-	17 721
Remanescente da aplicação de Resultados	-	336 697	(354 418)	(17 721)
Resultado do ano	-	-	851 654	851 654
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24 272	(1 360 563)	851 654	(484 637)
Saldo em 1 de janeiro de 2018	24 272	(1 360 563)	851 654	(484 637)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	851 654	(851 654)	-
Resultado do ano	-	-	361 280	361 280
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24 272	(508 909)	361 280	(123 356)

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Subcontratos	396 033	303 646
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	640 458	786 584
Publicidade e propaganda	1 873	1 593
Vigilância e segurança	686	702
Honorários	14 418	9 692
Comissões	741	1 136
Conservação e reparação	45 175	21 601
Outros Serviços Especializados	3 031	2 045
Materiais		
Ferramentas e utensílios	260	314
Livros e documentação técnica	20	-
Material de escritório	986	819
Energia e Fluídos		
Electricidade	32 165	17 805
Combustíveis	12 283	13 771
Outros Fluidos	1 258	330
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	4 659	3 881
Transportes de Mercadorias	-	1 015
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	55 222	51 389
Comunicação	51 651	49 986
Seguros	13 905	12 580
Contencioso e notariado	4 555	2 017
Despesas de representação	643	437
Limpeza, higiene e conforto	4 714	4 751
Outros	24 397	25 264
	1 309 133	1 311 357

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
TRH	38 331	30 340
Outros	3 371	331 973
Ganhos em Inventários	2 102	-
Rendas e outros Rendimentos de Prop. de Investimento (Nota 12)	-	81
Outros		
Outros não especificados	141	8 500
	43 946	370 895

15.6 Outros Gastos

A rubrica. Outros Gastos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Impostos	70 357	62 798
Descontos de pronto pagamento concedidos (Nota 28.9)	-	-
Dívidas Incobráveis	9 058	14 007
Perdas em Inventários	8 227	3 391
Outros Não Especificados	29 831	178 235
	117 472	258 431

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	10 158	11 565
Ativos Intangíveis	196 696	202 240
	206 854	213 805

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	3 507	4 326
	3 507	4 326

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	55 051	55 095
Empresas de grupo	11 138	11 488
Mora e Compensatórios	2 179	4 481
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	50 335	10 968
Serviços Bancários	890	9 977
Comissões Garantias	6 202	11 043
IPC Renda Concedente	6 912	3 022
Outros	22 824	67 933
	155 530	174 007

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Handwritten signatures and initials:
 R
 a
 Gx
 H

	2018	2017
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	3 280	2 453
	3 280	2 453

16. Aspetos Ambientais

Em 2018 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2018 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 25 de março de 2018. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2017 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

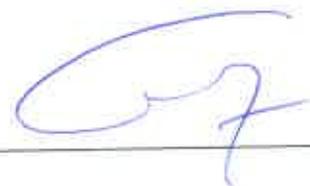
18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;

- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2019, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 10.311.837 euros e um total de capital próprio de 1.821.643 euros, incluindo um resultado líquido de 361.280 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

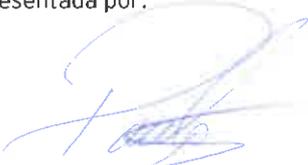
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros [se existentes];
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 3 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944